

# PRÊMIO MULHERES NEGRAS CONTAM SUA HISTÓRIA

Claudenir de Souza\*

## INTRODUÇÃO

Este artigo transcreve parte do trabalho vencedor do Prêmio Mulheres Negras Contam sua História, promovido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2013, que narra a história de Laudelina de Campos Mello, fundadora do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas e Região.

## CAPÍTULO I

### O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

No Brasil, o trabalho doméstico é uma das profissões mais antigas, com 468 anos de existência, marcado pelas violências institucional, física e moral, sendo que os primeiros 343 anos foram de trabalho escravo animal; no entanto, o fim da escravidão parcial (Lei Áurea) obrigou os negros a trabalharem mais 48 anos a troco de comida ou a troco de uma moeda qualquer, e nos últimos 77 anos a Organização Nacional das Domésticas vem lutando contra a discriminação legislativa para ter os mesmos 34 direitos garantidos às outras categorias de trabalhadores.

Foi em 1936, na cidade de Santos, que a doméstica Laudelina de Campos Mello, de 32 anos, não suportava ver a forma desumana com que os patrões tratavam as empregadas e, ainda, recebiam o apoio do Estado brasileiro, que usava a lei para negar direitos essenciais às companheiras, legitimando o processo de desumanização. A violência constitucional e patronal levou Laudelina a fundar a primeira Associação das Domésticas para exigir direitos e respeito, pois tinha consciência de que sozinha não transformaria a vida dessas profissionais e muito menos mudaria a violência estrutural do sistema econômico “escravo”, que permanecia inviolável. Por sua vez, o grupo que estava no poder usou o inconsciente coletivo escravocrata para atingir dois objetivos: de um lado, garantir a estrutura do modelo anterior e financiar as novas experiências econômicas implantadas no país, e do outro, aumentar a discriminação racial, além da discriminação legislativa, incluindo a falta de punição àqueles empregadores que sonham a lei, o descumprimento da Lei n. 11.645/2011, que

---

\*Claudenir de Souza: mulher negra (parda no documento). Trabalhadora doméstica e sindicalista, com formação em Filosofia e cursando Letras na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Agradecimento especial a Terezinha Carneiro, pela contribuição que deu ao texto, e em particular ao casal Almeida, Marqueza e João. Eu dedico este trabalho *in memoria* a Laudelina de Campos Mello, à minha mãe Sebastiana Brandão de Souza e a todas as domésticas brasileiras.

determina o ensino de história da África e, em particular, da indígena. E mais, o genocídio dos jovens negros na periferia das grandes cidades, a negação de políticas públicas de qualidade e o uso do Poder Legislativo para propor Projeto de Lei que mantém o trabalho “escravo” moderno.

Desse modo, a redefinição metodológica do Projeto Político Racial brasileiro serve, exclusivamente, para manter os afrodescendentes à margem da sociedade, e essa lógica governamental atinge a doméstica diretamente por causa da legitimidade da violência que acompanha nosso processo histórico. A viabilidade prática do Projeto é um sucesso, porque está vinculado ao medo, à insegurança, à falta de oportunidade e à falta de conhecimento, o que impede o desenvolvimento da autoestima desses profissionais e de quebra garante o modelo de sociedade planejado no Palácio de Portugal há mais de cinco séculos. Para piorar a situação, durante um ano o Esquadrão da Morte assassinou 8 mil negros jovens, e o político Delfim Neto declarou publicamente que nós, domésticas, éramos animais de luxo em extinção - sua afirmação sustentava a ideia de que nós não transcendemos à condição humana, sendo assim, as domésticas são consideradas como “égua de sangue puro” (Manga Larga) em plena economia neoliberal e que abandonamos a condição de sermos mulas de carga no período da escravidão. O acréscimo desses dois fatores comprova que os métodos de tortura se modernizaram com o fim da escravidão. Para manter a tradição e conseqüentemente a servidão escravagista, as elites adaptaram seus interesses particulares ao conceito de democracia para que a população obedeça às normas do Estado, principalmente a parte que cabe ao Poder Judiciário, protetor da riqueza de poucos, sem questionar os motivos da desigualdade social e o abuso de muitos operadores da lei.

No sistema capitalista, o lucro e a exploração são os objetos de desejo mais cobiçados pelas grandes corporações econômicas, tanto é que esses empresários retomaram o conceito liberal para impor o projeto neoliberal global, obrigando os governantes a reduzir os serviços públicos em prol da iniciativa privada. Isso aconteceu na década de 1970, onde o Poder Político acatou as ordens do Poder Econômico e implantou o neoliberalismo com Margaret Thatcher, na Inglaterra, e com Ronald Reagan, nos Estados Unidos, para resgatar o projeto liberal do início do capitalismo. Quando um Estado reduz os serviços essenciais e piora a sua qualidade é porque a política econômica neoliberal atingiu seu objetivo.

Na democracia, o voto garante um direito constitucional onde nós elegemos um representante para cuidar do interesse coletivo tanto em nível Nacional bem como Estadual e Municipal, mas na prática o que prevalecem são os interesses particulares de alguns políticos, dos patrocinadores de campanha e do capital nacional e internacional, por isso a população não acredita em mudanças. Como o objetivo desses políticos é atender os interesses da economia neoliberal, então eles prejudicam ao máximo as políticas públicas perante a sociedade, como é o caso do ensino público e da saúde. Por exemplo, a educação no Estado de São Paulo há décadas não atinge as pontuações obrigatórias, para não mencionar o problema em outras regiões. E a imagem da saúde pública é destruída diariamente para alimentar a “máfia” dos planos de saúde, que não teriam como sobreviver sem o aparato do Estado.

O projeto econômico neoliberal usou o discurso da liberdade de mercado para imprimir na política o interesse do capital global, obrigando os Estados a privatizar o patrimônio público, fragilizar e flexibilizar os direitos dos trabalhadores para garantir o lucro dos grandes empresários. O Estado, ao perder a característica de prestador dos serviços públicos, prejudicou ainda mais a população e a classe trabalhadora, em especial as domésticas. Com o neoliberalismo aumentou a exploração da trabalhadora doméstica, porque a nova liberdade econômica, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e a mídia em geral têm permitido aos patrões contratarem a “diarista” com entendimento de que até duas vezes por semana não têm obrigações de registro em carteira e recolhimento ao INSS, do pagamento do 13º e férias mais 1/3, prejudicando a vida dessas trabalhadoras do ramo de serviços da CONTRACS (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços).

Enquanto isso, tramitam no Congresso Nacional projetos de lei sobre a “diarista” piores do que o trabalho escravo para beneficiar aqueles empregadores que descumprem a legislação. Por

exemplo, colocar em votação um projeto de lei que nivela a diária com parâmetro de 1/30 avos do salário mínimo é um ato indecente. Assim como alguns operadores da Lei se apropriam do discurso da natureza contínua para justificar que uma vez por semana não tem vínculo empregatício. A pergunta que não se cala! Por que será que eles usam esse discurso? Sendo que essa premissa é aplicada para outros profissionais (professores, médicos, advogados e outros)! Os legisladores poderiam propor projetos de lei para que se agregasse ao valor da diária uma remuneração capaz de atender as necessidades básicas, acrescendo o 13º, férias + 1/3 e o INSS no valor de 11%, por causa do trabalho pesado e acelerado para dar conta do serviço da semana inteira, e esse esforço prejudica a saúde física e mental da diarista em médio prazo.

Por outro lado, a nossa situação piora porque o Estado não fiscaliza as denúncias de violência física e sexual, alegando que o espaço privado é inviolável, o que contribui para aumentar a violência física e moral. Por exemplo: o assédio moral é crime e provoca traumas psicológicos e até depressão na vida de uma trabalhadora doméstica. A humilhação, acusação de roubo, desconfiança da honestidade, sedução por meio de presente, aumento do serviço fora daquilo que foi combinado e o que é pior, sem aumentar o salário. Estas são as piores formas de assédio moral. O “sumiço” de alguns objetos de valor como anel, corrente e brinco faz parte deste tipo de assédio. Este “sumiço temporário” é uma pressão psicológica muito comum usada pelos empregadores. A irresponsabilidade de jogar as “joias” em qualquer lugar não dá o direito a quem quer que seja de dizer que tal coisa sumiu. Acidentes cometidos pelas trabalhadoras, como a quebra de aparelhos eletrodomésticos, louças, enfeites de decoração, desaparecimento de carteiras e cheques, queima e manchas de roupas, são desagradáveis para estas profissionais. Quando acontecem deixam a trabalhadora com muito medo, ou seja, ela teme uma reação violenta de seus empregadores. De um lado, existem aqueles que são mais compreensivos. Mas, por outro, existem aqueles que se dirigem à trabalhadora de forma agressiva: “o que foi aquela m. de estrago que você fez na camisa? P. q. p.!” Ou então: “o que foi aquilo que você fez no meu vestido caríssimo?” E saem gritando: “afinal de contas, não te contratei para destruir minhas coisas.” Desaparecimento de carteiras, cheques e dinheiro também são problemas sérios. Apresentação de algumas frases humilhantes que fazem a trabalhadora doméstica chorar descontroladamente. Estas frases são famosas: **a)** “olha! Eu amava tanto aquele objeto que você quebrou. Sabia que eu ganhei isto de presente no meu casamento? Você sabe que estas coisas antigas não existem mais para vender! E a camisa que você manchou é da marca de um famoso costureiro francês. Olha, eu não vou dizer o nome do costureiro porque você não entende dessas coisas. E outra, como eu vou contar ao meu marido? pois é, esta era sua camisa predileta. Nós compramos esta camisa quando viajamos à Europa há dez anos. Tome mais cuidado daqui para frente, você não precisa fazer o serviço correndo. Por outro lado, se eu fosse uma patroa ruim, começaria a descontar o prejuízo de seu salário e então você iria perceber que o que você ganha não seria suficiente”; **b)** “olha, fulana! Ontem, o amigo de meu filho dormiu em casa e esqueceu a carteira no quarto. Por acaso, quando você arrumou, não achou e guardou a carteira em outro lugar? E a amiga da minha filha me ligou e disse que esqueceu um vestido novinho no banheiro. Onde você colocou o vestido? Porque eu procurei, procurei e não o encontrei. Você pode procurar para mim?”; **c)** “olha aqui! Veja bem, eu não estou te acusando de nada, mas por acaso, você não encontrou um cheque sobre a mesa de jantar e guardou em outro lugar por engano? Este cheque foi minha mãe quem me deu para comprar um presente de aniversário para o meu marido”; **d)** “olha, não me leve a mal! Você sabe que eu te considero como se você fosse uma pessoa da família, eu não estou desconfiando de sua honestidade, eu espero do fundo de meu coração que você não fique chateada não, mas na semana passada, eu deixei muito dinheiro na gaveta embaixo de minhas roupas íntimas, e agora eu fui procurar e não o encontrei. Por acaso, você o guardou em outro lugar e esqueceu-se de me avisar?”

Existe um tipo de trabalhadora doméstica que fala em alto e bom tom:

Ai, meus patrões são daqueles tipos de pessoas que têm um coração tão bom! Eu não tenho do que *reclamá*, porque eles me dão de *um tudo*: roupa *novinha-em-foia*, *curtina* da boa, os móveis tudo *compretim*, e *inté* meus *fius* têm dentista. Eu é nunca que *vo levá* os meus patrões no sindicato pra *cobrá* uma mixaria de dinheiro. *Óia*, Juzefa! Eu *vô é dexá* essa coisa pra lá; eu *inté vô precisá* deles pra *mode* um dia eu *arranjá* um *outru trabanhu*. Este dinheiro *num* vai me *inricá mesmu*, *ocê num* concorda? [sic]

Mas o que esta trabalhadora doméstica não tem coragem de revelar para alguém é que os patrões bondosos aumentam o serviço mas não aumentam seu salário, não depositam o **Fundo de Garantia mesmo sendo opcional**. E o que é pior, estes mesmos patrões bondosos não registram na Carteira o salário que a trabalhadora realmente ganha. Eles justificam esta irregularidade dizendo à trabalhadora que o “dinheiro fora da carteira” é um dinheiro que eles “dão por fora”, uma ajuda a mais que eles dão. Os patrões que agem dessa maneira estão enganando a trabalhadora doméstica e desrespeitando a lei sem qualquer tipo de punição. Não existe patrão bom! O que existe é trabalhadora sem informação em relação aos direitos. Os patrões bons são aqueles que não esperam a “boa vontade” de nossos legisladores que apresentem Projeto de Emenda Constitucional para obrigar o recolhimento do Fundo de Garantia, entre outros. Patrões justos são aqueles que cumprem a lei, valorizam a profissão, respeitam a empregada, assinam e devolvem a Carteira de Trabalho em 48 horas. E mais, não usam desculpas esfarrapadas, nem posam de santos, não fazem chantagem emocional e muito menos fazem promessas mirabolantes para encurralar emocionalmente a empregada. (Informativo do Sindicato de Campinas e Região, produzido especificamente para as domésticas de Monte Mor. Realização Eliete Ferreira da Silva e Claudenir de Souza).

Faz 41 anos que Laudelina e outras domésticas conquistaram o direito de Registro em Carteira (Lei n. 5.859/1972), mas a maioria dos patrões desrespeita esta Lei. No Brasil, as oito milhões de trabalhadoras domésticas trabalham duramente e movimentam grande parte da economia do país, e sabe o que elas recebem em troca disto? humilhação, desprezo... Sem contar que entre elas existem seis milhões sem Registro em Carteira, e para piorar a situação, a maioria destas não recebe nem mesmo o salário mínimo. O trabalho doméstico é realizado por esse contingente de domésticas que vivem na periferia dos municípios resistindo a toda forma de exclusão: falta de políticas públicas, falta de lei de proteção aos direitos trabalhistas e a discriminação legislativa desde a época do Brasil Colônia.

A divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista contemporânea continua reforçando a ideia de que o trabalho doméstico remunerado, professores, enfermagem, terceirizados de limpeza, *telemarketing* e o cuidado com a família são atribuições de mulheres, o que permite pagar um salário medíocre. Destas profissões, a mais discriminada é a das domésticas! Por que é o mais desumano? Porque começou na escravidão, sob todas as formas de humilhação! Era um trabalho feito somente por escravas: responde por 94% das mulheres; mais de 70% são negras; é uma profissão de baixa remuneração com apenas 13 direitos; propaga-se a ideia de que o trabalho doméstico não é um produto que gera lucro. Portanto, a sociedade machista reforça a ideia de que a mulher já nasce com o dom de fazer o serviço de casa, como se isso fosse da natureza feminina. Associar as funções de lavar roupa, passar, limpar, cozinhar, cuidar das pessoas e proteger a família, dizendo que é tarefa de mulher, isso reforça a imagem da mãe dona de casa responsável pelo trabalho invisível e desvalorizado. A rigor, habilidades tais como paciência, cuidados e docilidade muitas vezes não são encaradas como qualificações culturalmente adquiridas pelas mulheres em nossa sociedade, mas como dons naturais.

Na década de 1930, as mulheres negras, as feministas e as domésticas conquistaram os espaços públicos, antes reservados aos homens, mas foi na década de 1970 que os movimentos feministas ocuparam a política brasileira, pautando o debate de gênero, inserindo o feminismo nas diferentes esferas de poder, o que acentuou o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e nos sindicatos. Elas questionaram a divisão sexual no mundo do trabalho e denunciaram as assimetrias

de gênero reproduzidas no espaço sindical. Em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) também inseriu a temática de gênero para atrair as mulheres trabalhadoras e, dentre as estratégias de luta, foram introduzidos na agenda sindical temas que não eram associados ao movimento dos trabalhadores, como o aborto, a violência contra a mulher, a luta por creche, a saúde da mulher, isso foi possível por causa da orientação de recorte de gênero exercida pelo movimento feminista classista e pelo movimento social de mulheres. Na década de 1980, na concepção do movimento sindical a doméstica não pertencia à classe trabalhadora, de maneira que o próprio setor foi construindo timidamente sua identidade com a Central e com a Confederação do ramo do Comércio e Serviço. Atualmente os avanços são visíveis, se comparados ao período da Casa Grande, onde as domésticas eram classificadas de forma pejorativa: eram tratadas como coisa, não tinham alma, não tinham cérebro, portanto, a domesticação tinha o mesmo tratamento dos animais. Em seguida, o termo **mucama** designava as negras mais bonitas que realizavam os serviços da casa e serviam seus senhores na cama. A ama-de-leite amamentava os filhos das senhoras de escravos para que elas mantivessem o busto alinhado, enquanto que os filhos das domésticas ficavam jogados nas senzalas e muitos morriam por falta da amamentação. Com a abolição da escravatura e a Proclamação da República, o governo usou o dinheiro do povo para pagar a imigração europeia, asiática e russa para trabalhar e receber salário, e o negro que construiu o Brasil com suor e sangue ficou sem colocação, porque não era trabalhador digno de receber salários. Aos escravizados “livres” restou a bebedeira nos botecos, porque aprenderam a trabalhar sob o estalo do chicote, enquanto que as escravizadas “livres” retornaram à Casa Grande para trabalhar em troca da alimentação dos filhos e evitar que morressem de fome. Nesse período da história surgiu a função de “**criada**”. Na época, os jornais reforçavam a ideia de que essa função não tinha qualificação, por isso a remuneração podia ser baixa ou a troca de sua comida e a de seus filhos.

A questão de gênero não é um fator biológico, pois é a genética que define o sexo do bebê e a pessoa nasce com os genitais feminino ou masculino, enquanto a questão de gênero se define pelos valores culturais de formação humana em que mulheres e homens têm papéis definidos (a mulher é formada para assumir os espaços “privados”; quanto ao homem cabe ocupar os espaços públicos). Se o gênero determina o papel social que cada um assumirá no mundo do trabalho, então coube à mulher a profissão do trabalho doméstico, o “serviço privado”, pesado, sujo e invisível. Para entender melhor a complexidade da questão tomarei como base a história do serviço doméstico na escravidão, porque as tarefas da Casa Grande eram reservadas às mulheres negras que estavam submetidas a todos os tipos de violência, e a permanência deles ao longo dos quatro séculos e meio torna a questão de gênero mais predatória para a doméstica em decorrência da falta de oportunidade para estudar, por causa da cultura machista ignorante, da discriminação constitucional, inclusive a discriminação racial permanente.

No Brasil, o trabalho doméstico se inicia no regime escravocrata e o tratamento contra esses profissionais foi extremamente cruel durante 343 anos, o que não mudou muito nesses últimos 124 anos. Na década de 1930, a destruição de documentos sobre o tráfico de negros oriundos da África para o país impediu a possibilidade de entrar com ações na justiça por **Dano Moral**, e o que é mais grave: queimaram os registros para eliminar a identidade dos africanos, e o desaparecimento das provas impediu sua reconstrução, restando-lhes apenas a marginalização, o subemprego e a negação das políticas públicas. É por causa desse processo histórico que mais de 70% da mão de obra de aproximadamente oito milhões de domésticas são negras e muitos patrões utilizam do inconsciente coletivo escravocrata para precarizar o salário, descumprir a lei vigente, manter a escravidão moderna e pressionar os parlamentares a propor Projeto de Lei para negar o vínculo trabalhista para a doméstica que trabalha duas vezes na semana, por causa da pressão que a Organização Nacional das Domésticas junto à CUT/CONTRACS vem fazendo pela Equiparação de Direitos. Pressão semelhante aconteceu em 1972, quando as domésticas conquistaram os três direitos. Os patrões, com apoio da mídia, criaram a figura da diarista desvinculada dos direitos trabalhistas, e agora estão fazendo a mesma coisa com a criação dos dois dias. Sem contar que a maioria das empregadas no setor recebe menos de um salário por mês e não tem registro na carteira, inclusive a diarista e a empregada que trabalha duas vezes na semana.

A seguir confira um pequeno resumo biográfico da vida de Laudelina de Campos Mello, que lutou até a morte ao lado de outras companheiras para que as Domésticas tivessem os 34 direitos, e a história da Organização Nacional das Domésticas (FENATRAD - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas). Essa parte do texto foi produzida pela ex-doméstica e bacharel em Direito, Terezinha de Fátima Carneiro Silva, que conviveu com Dona Nina (Laudelina) e hoje presta serviço de assessoria voluntária no Sindicato. Dona Laudelina participou intensamente dos movimentos sociais, dos partidos políticos e durante a Ditadura Militar não sofreu violência física por causa de sua notoriedade; enfim, ela transformou a vida privada em ferramenta política para lutar contra as injustiças estruturais existentes no país, desde o roubo das terras indígenas, em uma época que a sociedade era muito mais preconceituosa. Imagine o impacto das pessoas ao verem uma mulher, negra e doméstica, transitando desembaraçadamente no espaço público e, para espanto geral da nação, alistando-se na II Guerra Mundial. Demais, não é! Então confira e se divirta, ou não!

## CAPÍTULO II

### LAUDELINA DE CAMPOS MELLO (1904-1991)

Há 513 anos, o Estado português “matou” a maioria dos habitantes da América Latina e saqueou as riquezas das colônias de exploração para pagar as dívidas contraídas com outros países da Europa. Ao mesmo tempo, deu permissão legal aos senhores de engenho para usar a mão de obra escrava e garantir o trabalho gratuito na lavoura e no garimpo, porque desse modo sobriam mais verbas para pagar o imposto português sem prejudicar o lucro dos fazendeiros. Foi a exploração do trabalho escravo que estruturou o desenvolvimento da economia capitalista há mais de cinco séculos. Comprar negros era um investimento lucrativo para quem tinha capital, tanto era verdade que essa prática se transformou em comércio, e para suprir a demanda, os comerciantes (traficantes) tiveram permissão da Igreja Católica e da Coroa Portuguesa para “roubar” as pessoas do Continente Africano e comercializá-las no Brasil e nos demais países do Continente Americano, porque na concepção religiosa e econômica se tratava de animais e não de seres humanos, perfeitos para realizar o trabalho pesado e sujo. Então o povo negro foi obrigado a trabalhar no pesado e até ser morto para construir as Américas e sustentar a economia, mas quando houve a consolidação do capitalismo com base no trabalho assalariado, os senhores recusaram a dar emprego aos negros e o Estado financiou a mão de obra branca europeia, modificando o projeto racial contra os afrodescendentes para mantê-los à margem da sociedade, o que os impede de reconhecer, de participar e de se identificar com toda a riqueza que foi construída.

A continuidade da política racial prejudica o desenvolvimento humano desse segmento social, porque nega o elemento cultural africano que compõe a identidade brasileira, prejudica a autoestima, impede o acesso ao conhecimento, não dá oportunidade e ainda leva esse cidadão a acreditar que a vida miserável a que está submetido é resultado da sua falta de capacidade. As mulheres negras tiveram um papel importante na economia do país, na sustentação dos filhos e na luta contra as injustiças que permanecem ainda hoje, apesar de algumas mudanças na política nacional, como tem apresentado o presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Marcio Pochmann. E Dona Laudelina de Campos Mello foi uma delas, porque lutou contra a discriminação racial e exigiu a igualdade de direitos, a valorização e o respeito para as domésticas – nasceu em 12 de outubro de 1904, na cidade de Poços de Caldas/MG e faleceu no dia 23 de maio de 1991. Seus pais eram forros, porque nasceram após a Lei do Ventre Livre em 1871. Quando tinha doze anos, o pai, Marcos Aurélio de Campos Mello, morreu tragicamente. A seguir, depoimento de Laudelina:

Minha mãe, Maria Maurícia de Campos Mello, foi doada pela minha avó para a família Junqueira, fundadora da cidade de Poços de Caldas/MG. Essa família tinha uma filha

com deficiência. Ela era muito revoltada e batia muito na minha mãe. Quando a mãe da 'sinhazinha' colocou a menina na escola, a minha mãe ia junto, mas a 'sinhazinha' não aprendia nada. Mas foi a minha mãe que aprendeu a ler e escrever, e a 'sinhazinha' nada de aprender. A minha mãe tinha uma letra maravilhosa. Minha mãe cresceu dentro da Casa Grande, e quando casou continuou sob o comando dos senhores e tinha que fazer tudo o que eles queriam. Meu pai trabalhava no corte de madeira de 'pinho' para exportar e ficava muito tempo fora de casa, porque essa árvore só existia no Estado do Paraná. Enquanto uns cortavam as árvores, outros cuidavam da estrada para não acontecer acidente, mas um dia meu pai descuidou e foi atingido por uma árvore que meu tio estava serrando. Eles enterraram meu pai no meio do mato mesmo, e a gente nem viu. A minha mãe só ficou sabendo da morte do meu pai muito tempo depois, porque na época ela estava de dieta e os meus tios não queriam dar a notícia. Depois de idas e vindas, minha mãe ficou intrigada porque meu pai não voltava, então eles tiveram que contar que meu pai havia morrido. Depois disso, a minha mãe foi trabalhar no hotel do Juscelino Kubitschek, e eu fiquei criando meus irmãos e dois sobrinhos da tia que faleceu porque o tacho de gordura quente caiu em cima dela, e morreu um ano depois de sofrer em cima da cama. Ela deixou um bebê que minha mãe amamentava também. Na época, eu parei de estudar com pouco mais de sete anos para ajudar minha mãe. Dos cinco irmãos, eu era a mais velha e tomava conta deles, enquanto que os bebês eu levava quatro vezes ao dia para minha mãe amamentar, porque ela não podia deixar o hotel onde trabalhava. Quando as crianças cresceram, por causa do cansaço, minha mãe deixou o hotel para trabalhar em casa, fazendo doces e lavando roupas em casa. Um dia, a 'sinhá' pediu ao capataz para chamar minha mãe, e ela diz: 'Ah! Diga à dona Agostinha que eu não vou não, pois tenho doces para entregar hoje'. O colono pegou um rabo de tatu que carregava e começou a bater na minha mãe. Eu acompanhava a minha mãe, na época eu tinha mais ou menos 15 ou 16 anos, então eu avancei na garganta dele. Se minha mãe não me puxasse acho que tinha matado ele de tanta raiva que eu fiquei dele. Ele saiu correndo para a casa da 'sinhá' e contou que eu tinha batido nele e que minha mãe não ia obedecer mais às ordens dela. A 'sinhá' mandou prender minha mãe. A 'escravidão' continuava, e a minha mãe foi presa pela polícia, eu fui até a delegacia e falei com o policial que tinha prendido a minha mãe que era pra ele soltar a minha mãe. Ele me disse assim: 'Ah! sai daqui sua negrinha, senão vou bater em você!' Eu peguei e fui falar com o juiz, um que minha mãe lavava roupa pra ele que também era da família Junqueira, e o juiz me expulsou dali como um bicho. Ele estava construindo alguma coisa e tinha muita pedra na frente da casa dele, então eu apedrejei a casa dele e não ficou uma vidraça para contar a história. Sai dali correndo e fui pra casa da minha madrinha e contei tudo pra ela, e foi ela que conseguiu soltar minha mãe. Na região tudo era Junqueira, até minha avó assinava Junqueira para o absurdo da dominação. Até os 17 anos, eu trabalhava em casa com minha mãe cuidando dos irmãos pequenos e ajudando a fazer os doces e quitutes, que ela vendia para os senhores da Casa Grande. Minha infância foi muito difícil por causa da pobreza e da falta de liberdade, ninguém me chamava pelo nome, era de 'negrinha', 'pererê', 'Saci-Pererê', 'macaca' e tantos outros nomes diminutivos do ser humano. Eu tinha muita revolta dentro de mim. Sempre fui maltratada, a gente não tinha direito de entrar num lugar onde o branco estava, mesmo depois da falsa carta de liberdade que a gente recebeu, carta condicional, né? Não recebemos liberdade. Até hoje a gente tem aquela mágoa porque ainda existe [...]; na igreja a gente ficava sempre no último lugar, não podia ficar na frente, se a gente chegasse e tivesse num banco e chegasse uma pessoa branca, tinha que levantar e dar o lugar. Eu só não entendia que tudo aquilo era preconceito, violência. Talvez por isso que eu tenha lutado tanto por igualdade de direito. Aos vinte anos vim trabalhar e morar com uma família em Santos/SP, o meu namorado que era pedreiro veio trabalhar para a família Juscelino Kubitschek na construção de um hotel. Minha mãe não queria esse namoro, ela dizia que os moços da cidade grande eram almofadinhas, pilantras etc. Depois de casada trabalhei de doméstica para dois prefeitos em Santos/SP e outras

autoridades. Nasceu meu filho e, para trabalhar, eu tinha que deixar com minha sogra. Eu participei de um grupo chamado Frente Negra que abrigava várias entidades com propósitos de ampliação política e cultural para a população negra. Em 1936 surgiu a ideia de criar uma Associação para empregadas domésticas em Santos; em seguida eu participei da criação de outras no país. Eu tive apoio do presidente do Clube Cultural Recreativo do Negro e membro do Partido Libertador, o professor Geraldo Campos de Oliveira. Em 1940, na II Guerra Mundial, o Brasil declarou guerra contra o Eixo e foram fechados todos os sindicatos, inclusive a associação, ninguém podia conversar nas ruas que a polícia já prendia as pessoas como comunistas. No período de 1940 a 1945 era proibido fazer movimento, mas quando abriu o alistamento voluntário para as mulheres, eu me alistei porque as mulheres tinham que fazer o trabalho dos soldados que iam para a Itália. Eu fiz vários cursos: defesa passiva, auxiliar de guerra, soldado de fogo, que eram os bombeiros, e sentinela avançada. Trabalhei à noite na entrada da Barra, guardando navios que chegavam e saíam. Em 1945, com o fim da Guerra veio anistia e todos os partidos foram reconhecidos, inclusive o Partido Comunista, isso porque foi a Rússia que venceu a Guerra, né! Nós reabrimos a Associação das Domésticas de Santos e eu fui presidente de 1945 a 1949. Em 1948, fiquei viúva e mudei de emprego. Saí de Santos e deixei meu filho com a minha sogra e fui trabalhar como governanta na fazenda da mãe da escritora Hilda Hilst. Ela era uma portuguesa muito rica e liberal, sem os resquícios da escravidão. Em 1950, quando ela se mudou para a cidade, Mogi Mirim/SP, ela era dona de um hotel só para ricos e me convidou para ser a gerente, e foi essa senhora que me deu o apelido de Nina, porque ela dizia que meu nome era muito cumprido. Em 1953 a Senhora faleceu e tive que arrumar outra coisa para fazer. Eu mudei pra Campinas porque a cidade era maior, e fui buscar meu filho pra reconstruir minha vida aqui. Eu fiquei indignada com o comportamento dos patrões e decidi retomar o movimento para organizar as domésticas. De manhã, eu comprava o jornal Correio Popular para procurar emprego e deparava com o anúncio que dizia assim: 'precisa-se de uma empregada, prefere-se portuguesa'; 'precisa-se de uma cozinheira de forno e fogão, prefere-se branca'. Falei: 'eu vou acabar com essa coisa' e fui ao Correio, perguntei quem era o diretor daquela parte, e o porteiro disse que era o Bráulio Mendes Nogueira. Subi no elevador, já saí em frente dele, falei: 'você que é o Bráulio? Sou, em que lhe sirvo? Vai servir em muita coisa'. Falei: 'que historia é essa de precisa-se de uma cozinheira, prefere-se branca; precisa de uma empregada, prefere-se portuguesa?' O Bráulio me disse: 'é, eles vêm pedindo, trazem o anúncio já escrito, a gente é obrigado a publicar. Mas quer saber de uma coisa, vou acabar com esse negócio, a senhora topa a briga?' Falei: 'topo'. Dia seguinte seis horas comprei o jornal, não estava 'precisa-se de uma empregada', mas não dizia a cor e nem a nacionalidade. Quando cheguei a Campinas já tinha grandes conhecimentos, o que facilitou para fazer a articulação com o movimento negro existente na cidade. Na cidade tinham vários clubes, carnavalesco, social, mas nenhum que acolhesse os negros. Os movimentos sociais da cidade se uniram e fundaram a escola de bailado, onde podiam participar meninas negras e brancas sem preconceito, porque as escolas de Campinas não aceitavam meninas negras. Criamos um grupo de teatro dentro da escola com dança clássica, dança folclórica, e junto com a gente tinha um grupo de deficientes que lutava por seus direitos. Esse trabalho foi até 1957, quando surgiu a ideia de fazer o baile das debutantes negras, as mães das meninas negras só autorizavam elas irem aos bailes comigo. Em maio de 1957 fizemos o primeiro baile das debutantes negras de Campinas. Foi um alvoroço na cidade, os ricos também vieram para assistir e eu os convidei para descer e dançar - foi um momento emocionante ver as negras dançando junto com os brancos, os mesmos que tinham negado alugar o tablado, dizendo que era somente para brancos. Na época, esgotaram as lantejoulas porque as negras compraram tudo para enfeitar seus vestidos de debutantes, e os ingressos para o teatro também esgotaram. Fez tanto sucesso que logo criamos o Baile da Pérola Negra em conjunto com o Teatro Municipal que teve ate



participação do Jair Rodrigues. No início de 1961, obtive o apoio do Sindicato da Construção Civil de Campinas para fundar a Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas no local, e no dia 18 de maio compareceram 1200 domésticas na inauguração. Atuamos em várias frentes, especialmente na luta contra o preconceito racial, e enquanto estivemos com a Associação aberta, defendemos alguns casos. Vale lembrar um deles. Na época, os patrões iam para as regiões mais pobres buscar crianças negras para trabalhar como domésticas em Campinas. A menina de doze anos veio trabalhar na casa dos patrões, mas ao completar 14 anos o patrão abusou sexualmente dela e a patroa expulsou a menina de casa quando soube da gravidez. À noite, eu soube do caso e fui falar com a patroa, que se negou a pagar qualquer coisa para a empregada, alegando que a menina tinha traído sua confiança e que era amante de seu marido. Então eu disse: 'não foi ela que abusou de seu marido, e sim ao contrário'. Fui falar sobre o caso com o juiz, e registrar uma queixa. E o juiz chamou os patrões e ordenou que eles reparassem o erro chamando os pais da menina para contar o que tinha acontecido e pagar uma indenização no valor de doze mil réis. Eu só sei que o dinheiro foi suficiente para os pais comprarem uma casa em Minas. A burguesia campineira se espantou com esse caso. A Associação deveria ser fechada com a falsa revolução de 1964, pois o então presidente da República, Castelo Branco, ao tomar posse mandou fechar todos os sindicatos e enviou mandado de prisão para os sindicalistas, e meu nome estava incluído porque eu era acusada de ser comunista, mas meu relacionamento com as pessoas influentes me livrou da prisão. Eles afirmaram que eu não era comunista, por isso eu não 'puxei cadeia'. A União Democrática Nacional (UDN) me ofereceu abrigo e eu aceitei. Em 1964, o Congresso das Domésticas foi realizado com apoio da Ditadura Militar, e eu ouvi do Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, que disse: 'então é você o terror das patroas'. Em 1968, a Associação entrou em crise por causa dos ciúmes que a vice-presidente, Isaura, sentia de mim. Ela entendia que eu tinha avançado demais e precisava me destruir, e, para colocar seus planos em ação, 'fez a cabeça' de algumas domésticas e mais algumas patroas, e colocaram fogo no local, porque não encontram o estatuto. Antes de fechar a Associação eu tinha ido pro Rio de Janeiro no Consulado Africano representar a comunidade negra, então elas aproveitaram a minha ausência para saquear e revirar a sede, mas não encontraram o estatuto que estava lá, a raiva era tanta que não conseguiram achar. Eu fiquei doente por causa das brigas, então o médico e o Alair, meu filho, me proibiram de falar da Associação, que ficou fechada por quatorze anos. Como o estatuto era importante para o funcionamento da Associação das Domésticas, a Isaura passou treze anos de sua vida tentando registrá-lo. (entrevista concedida à revista Trabalhadores Classes Perigosas, em julho de 1990).

Laudelina é referência nacional porque há 77 anos começou a luta para que as domésticas tivessem os mesmos 34 direitos que são garantidos aos outros trabalhadores, e contribuiu para organizar a categoria em nível nacional. Ela também é referência internacional, porque seu projeto serviu de parâmetro para a OIT exigir normas que promovam um trabalho decente para as trabalhadoras domésticas no mundo inteiro. A continuidade de sua luta nos permite fazer o enfrentamento diário no local de trabalho com mais tranquilidade, o que permite combater a criminalização da lei, isso com auxílio da CUT/CONTRACS.

Em 1936, na cidade de Santos, dona Laudelina de Campos Mello recebeu apoio do presidente do Clube Cultural Recreativo do Negro e membro do Partido Libertador para fundar a primeira Associação de Domésticas, após a extinção de uma que existiu em São Paulo. Quando Dona Nina mudou para Campinas já era muito conhecida, além de participar do movimento negro, fundou a Associação de Domésticas na cidade. Na época, ela era referência para as domésticas da região, o que contribuiu para transformá-la em liderança nacional.

Há 33 anos, em 1979, a Pastoral Operária, sustentada pela concepção da Teologia da Libertação, proposta por Leonardo Boff (pesquisar) em plena Ditadura, essa parte progressista da Igreja Católica se uniu com os movimentos organizados, com a organização sindical de oposição e a sociedade para propor mudanças, e coube aos trabalhadores organizar suas respectivas categorias. Na época, Anunciação Marqueza dos Santos, que trabalhava como doméstica e frequentava as reuniões da Pastoral Operária, começou a se reunir com Maria Helena, Regina Simião, Maria Luiza e Dona Fátima nos bancos que existiam na rua Treze de Maio ao lado da Catedral Metropolitana, porque facilitava a vida das companheiras que saíam do trabalho, e o grupo recebeu orientação da Assistente Social, Lize Roy. Depois de muitas reuniões ao ar livre, lhes fora cedida uma salinha no segundo piso da Igreja, mas havia um sacristão muito rígido com horário, se alguma doméstica chegasse um minuto depois das 7h30 não entrava mais. Primeiro, decidiram fundar uma Associação de Domésticas em Campinas, mas foram informadas de que já existia uma com estatuto registrado, mas que estava desativada desde 1968. Procuraram o documento por muito tempo e as informações mais seguras surgiram durante uma atividade para referendar o dia 27 de abril, dia da Santa Zita, protetora das domésticas, na cidade de Aparecida do Norte. A data 27 de abril é o dia Nacional das Domésticas por causa da Santa. Naquele momento, a companheira da Associação das Domésticas de São Paulo, Isabel Cleto, disse à Marqueza que a responsável pela fundação de muitas Associações no Brasil chamava-se Laudelina de Campos Mello, mas não tinha contato com as meninas de Campinas há muito tempo e que, de acordo com as últimas informações, a presidente e fundadora ainda residia na cidade. Quando retornou da viagem, Marqueza, que residia na Rua Montese, Vila Castelo Branco, foi checar as informações e ficou estarecada ao descobrir que Dona Nina, que vivia duas ruas abaixo da sua, na Rua Ataulfo Alves, n. 396, e que frequentava as reuniões da comunidade e adorava participar das quermesses, era a própria Laudelina de Campos Mello, conhecida nacionalmente pelo seu trabalho, que manteve no anonimato seu nome para não contrariar o pedido do filho, do médico e, provavelmente, não despertar o ódio que a vice da Associação nutria por ela. No primeiro momento, Marqueza ficou tão entusiasmada ao encontrar Dona Nina que foi logo fazendo o seu discurso de 90 páginas, enfatizando a sua importância para retomar a organização das domésticas e recolocar o projeto de igualdade de direitos para o Poder Legislativo. E mais, que a existência dos três direitos valia somente na teoria, que na prática os patrões continuavam fazendo o que lhes dessem na 'telha', que precisava ensinar as domésticas a negociar e que 'isso e aquilo', e Dona Laudelina ouvia a ladainha e fingia que não era com ela. Marqueza, ao perceber que seu discurso não estava surtindo efeito, mudou de tática e foi falar com o filho, Alaor, que na ocasião estava muito doente e, não se sabe por que cargas d'água, sua mãe retomou a luta imediatamente. Eu não revelarei o teor e a quantidade de páginas do discurso que Marqueza teve de rezar para o filho convencer a mãe, nem que me dê muito dinheiro. Para Marqueza o retorno de Dona Laudelina ao movimento das domésticas foi a parte mais importante da missão. No mês de fevereiro de 1983, a Associação das Domésticas voltou a funcionar, porque Dona Nina entregou o Estatuto ao grupo e, mesmo doente, com sua bolsa de colostomia adquirida em decorrência do tiro que levou enquanto guardava os navios no Porto de Santos, durante a II Guerra, enfrentou três dias de viagem para participar do Congresso em Recife em prol da Organização Nacional. Entre a fundação da Associação em Campinas, a reativação e a transformação em Sindicato lá se vão 52 anos de história de muita luta, que se iniciou há 25 anos na cidade de Santos. Laudelina de Campos Mello morreu aos 86 anos, no dia 23 de maio, em 1991, e foi enterrada no Cemitério Parque Nossa Senhora da Conceição (Amarais), na quadra 2, sepultura 404. Em 1990, um ano antes da morte de Dona Nina, a Marqueza e a família haviam se mudado para o

Parque Itajaí II, na Rua 15, mas após a morte da líder das domésticas no Brasil, ela e o companheiro, que na época participava dos Movimentos Sociais, João Cicero de Almeida, encaminharam a biografia de Laudelina à Prefeitura de Campinas para nomear a rua de sua nova residência. A colocação da placa com o nome da maior liderança das domésticas foi outro grande acontecimento na vida da barretense radicada em Campinas há muito tempo. Com um risinho mineiro, herdado dos pais, ela diz que: 'eu acho muito engraçado quando algumas pessoas me procuram para fazer entrevista em busca de mais informações sobre Dona Nina e dizem em tom de espanto que é muita coincidência eu morar na rua com nome da Laudelina.' Continua em seu risinho sossegado a me olhar com os cílios de 'Emília' e o coquinho no alto da cabeça, e dispara: 'bom essas pessoas desconhecem os meios que nós temos para mudar os números das ruas e que não precisamos ficar reféns das nomeações feitas pelas autoridades políticas'. A Vila Castelo Branco, onde morou Dona Nina depois de viver muito tempo na região central, é um exemplo de nomeação que veio de cima para baixo, e para enxovalhar ainda mais a situação, o local recebeu o nome do primeiro ditador do Brasil, que deu o Golpe Militar, em 1964 - esse fator aumenta a violência contra os moradores. Isso não foi motivo suficiente para impedir que a vida de sete pessoas se cruzasse sob o olhar atento de Marqueza que, além de ser prova viva dessas vivências, é dona de um acervo particular. Ela disse com seu contínuo sorriso que aprendeu a guardar o material com Dona Nina! Olha que interessante, a mesma Vila que leva o nome de um ditador abrigar várias personagens negras, pobres e importantes para a história do país. Das seis personalidades existentes no mesmo local que cruzaram a vida Dona Nina e usaram a arte para homenageá-la, a que mais me chamou atenção foi a Marqueza 'de Santos', porque ela usou a linguagem oral para fazer sua homenagem. Esse saber ocupa um lugar importante na história da civilização, independente do surgimento da escrita, e a Marqueza tem um papel importante, porque é prova viva, como costuma dizer a coordenadora do Sindicato de Campinas e Região, Eliete Ferreira da Silva, das personalidades que conviveram com Dona Nina e que passaram a fazer parte da sua própria vida. Confira a seguir histórias interessantes que estão guardadas na moringa da mãe de Samôra Machel dos Santos Almeida. Ela e o companheiro João disseram-me que o nome do filho é uma homenagem ao presidente Samora Machel, de Moçambique, que lutou pelo fim da exploração portuguesa no Continente Africano, e que muitas pessoas desconhecem seu papel na história em decorrência do foco que dão ao líder Nelson Mandela. Primeiro gostaria de pontuar o fato de uma irmã de Dona Isaura, que era vice da Associação e causa do desentendimento que acabou no fechamento da instituição, residir na mesma Vila que Dona Nina. É curioso pensar que se passaram 40 anos e as duas nunca se falaram - e o silêncio dura até hoje -, e que o mito poderá ser quebrado pela própria Isaura. Perguntei à Marqueza se a Isaura nos receberia para conversar e colocar seu ponto de vista nesta história. Marqueza disse que falará com a irmã dela para ver o que poderá ser feito, que há cerca de um mês encontrou com a Isaura no Supermercado Covabra e que ela a cumprimentou, mas Marqueza não a reconheceu, no momento. Depois de alguns minutos, o esposo, João, a cutucou e cochichou para a companheira que a mulher da saudação era a Dona Isaura. Quando a Marqueza deu por si já era muito tarde! Isaura havia desaparecido entre as prateleiras do Supermercado. O outro morador é o jornalista Roniel Felipe, que lançou o livro com o título **Negros Heróis: Histórias** que não estão no Gibi, em que retrata a vida política das personalidades Laudelina e Antônio Carlos Santos Filho, o Tece. Marqueza fala que soube do livro e sua venda, quando lia o Baú de Histórias do jornal Correio Popular e imediatamente se interessou pelo livro, por causa do tema sobre os negros. Depois de ter ido à casa do garoto para comprar o livro, Marqueza segue feliz da vida para casa de uma amiga, que vive próximo à residência do autor. Ao se acomodar na cadeira diante da amiga dispara

uma rajada de comentários sobre as personalidades retratadas na obra, e enquanto folheia as páginas para de repente com o olhar fixo na foto do autor e descobre que já o conhecia desde criança, quando morava na Rua Montese, n. 54. O número da casa é fictício, porque ela disse que não lembra, mais reiterou que vai procurar e depois me passa! Para Marqueza o fato de ter vivido na mesma rua que o autor, de conhecer seus pais e de ser retratada na obra que fala de uma pessoa que ela admira tanto é coincidência demais! Afirma Marqueza: 'então menina! Eu vim saber que meu nome estava no livro quando cheguei à minha casa e fui olhá-lo calmamente!' O sorriso não sai da boca: 'então *minina*, é isso que dá fazer as coisas correndo né' [sic]. O outro felizardo é o artista plástico e presidente da Escola de Samba Rosa de Prata, Aloisio Jeremias, que retratou Dona Nina ao lado do poema **Que Saudade**: 'Que vontade de rever O sabiá nas matas cantando, A cachoeira a correr, Uma manada pastando Na relva verde pintada. E a melodia constante Do boiadeiro que entoou: "Menina", "Barroso", "Maiado" ... Que saudade do passado! E o quadro belo da vida, Pintado pelo viver Que a própria vida entoou, Parece a do boiadeiro Que com seu jeito brejeiro Não percebe e o tempo voa. "Menina", "Barroso", "Maiado"... Ai, meu Deus, Que saudade do passado!' Esse poema pertence à doméstica, Maria Genny Baptista, que também é autora do poema **Alvorada**, em que homenageou Carlos Gomes. Em 2003, Jeremias também compôs um samba-enredo em homenagem à Dona Laudelina para a escola do seu coração, **Nina**: 'Nina A sua luta não foi em vão Nina, Nina Era louvável sua dedicação (2x) Empregada Doméstica a Guarda Naval Alquimista de quitutes sem igual Me vêm à memória os bailes de outrora Coroando nossas misses A verdadeira pérola negra Que a Rosa agora vem cantar Esse enredo de saudade presta homenagem a esta guerreira Mulher, de batalhas e conquistas Sindicalista, pioneira Laudelina É a mais linda flor mineira Vem brilhar nessa avenida Rosa divina é a nossa Estrela (2x)'. A mulher que faz a ligação entre todas as histórias me prometeu, via Claro [celular], que um dia me levará à residência de Seu Jeremias. Promessa é dívida, como eu também sou filha de mineiro, então aguardarei calmamente né! *Quiacacaaaa!* A gargalhada estridente está longe do *rumrumrum* calmissimo e eterno da filha dos mineiros! [sic] Aliás, essa já é a segunda promessa que ela me fez, só não haverá uma terceira, porque ela me disse que Dona Genny havia morrido quando eu manifestei o desejo de conhecer essa grande artista. Marqueza conta que dona Genny também foi uma doméstica muito importante na vida intelectual de Campinas e do país. Afirma, com o risinho que lhe é peculiar: 'então *mínima* as duas eram muito amigas!' [sic] Como vocês podem ver e conferir, Marqueza conviveu com essas personalidades e também colecionou materiais que contam a vida delas, e uma das histórias mais interessantes é a de Dona Genny, fora Dona Nina e a sua própria história, é claro! Ela começa bem assim, sem abandonar o risinho: 'então *minina!* A história de dona Genny é muito engraçada! Antes de encontrar pessoalmente dona Genny, na Vila Castelo Branco, eu a conheci de ouvir falar quando eu era criança e vivia em Barretos. Na época, a irmã de dona Genny, Leonor, ia para Barretos visitar a família que era minha vizinha, e quando as duas famílias se reuniam era aquela alegria. Eles eram muito alegres, gostavam de receber os parentes e era criança que não acabava mais, e no meio delas estava eu ouvindo os feitos de Dona Genny. Que ela tinha se apresentado no bar fulano de tal, que tinha recitado suas poesias na Academia de Letras, que tinha cantado não sei onde, que isso e aquilo! Passados uns treze anos pelo menos, eu nunca imaginei na minha vida que um dia viveria em Campinas, e muito menos moraria na Vila Castelo Branco, no mesmo bairro que vivia dona Genny, e que mais tarde conheceria dona Laudelina e os outros. Um belo dia, *euzinha* estava andando nas ruas e avistei meio de longe uma mulher muito alta, vistosa assim, bem apessoada que lembrava muito a fisionomia de dona Leonor, eu pensei comigo: 'será que é ela?' [sic] Enquanto descreve a beleza da artista acentuando alguns pontos de sua

narrativa, utiliza o recurso gestual das mãos para provocar em mim um impacto colossal a ponto de me conduzir para o interior da história sem problemas. É 'claro' e não 'escuro' que ela atingiu seu objetivo, e digo-lhes mais, que até aquele momento eu acreditava que o ato de falar com as mãos era exclusividade do povo italiano. Continua calmamente: 'então *minina*, eu me aproximei dela e perguntei se ela era irmã da Dona Leonor, que visitava a família na cidade de Barretos. Primeiro, ela me olhou com aquela cara de espanto, e para não quebrar meu encanto, emendei uma falação para descrever como é que eu a conheci na infância sem nunca tê-la visto.' [sic] Genny confirmou o parentesco para felicidade de Marqueza e desde então as duas se tornaram muito amigas. Tece é músico, integrante do movimento negro e fundador da Casa de Cultura Tainã. Ele também utiliza o poema **Laudelina**: 'Vi todo dia bem cedo, janeiro a janeiro Ela saía da casa depressa Só com o dinheiro da passagem do ônibus para ir trabalhar Na casa grande de um bairro grã-fino Onde ela tem que cuidar daquela casa que não é a sua casa Daqueles filhos que não são os seus filhos Uma realidade que não é a sua e que tem que enfrentar Toda segunda-feira, como era de costume Ela saía e ia ao supermercado comprar O mantimento da casa que vai do nescafé ao caviar E outas tantas iguarias igualmente necessárias para um bom regime alimentar E outras tantas bugigangas que a patroa utiliza para se embelezar Outra realidade que não é a sua e que tem que enfrentar Enquanto isso os filhos que são seus de verdade ficam nas ruas, vivendo, vagando e aprendendo Os macetes todos da malandragem Pois não é sempre que se pode evitar os truques da sociedade Uma realidade que é a sua e que tem que enfrentar' -, para homenagear Dona Nina. Em 1990, quando Marqueza se mudou para o Parque Itajaí II, ela conta que no início a vida foi muito difícil, porque o bairro está localizado a 20Km do centro de Campinas e não havia nenhuma atividade cultural na vizinhança, de maneira que a nova moradora e seu companheiro, habituados à vida cultural, não se conformavam com a falta desses eventos na nova moradia. Mas os moradores também não estavam satisfeitos com a situação precária do bairro, e se uniram ao casal para planejar ações que trouxessem melhorias para a vida das pessoas. E foi assim que um grupo composto pela maioria de mulheres propôs fundar uma Biblioteca Comunitária aberta para leitura e outros cursos populares, mas que também fosse ministrada pelos próprios moradores, e o espaço apropriado para esse fim seria a casa da Cohab [Companhia de Habitação Popular], onde ocorriam as reuniões de decisões da comunidade. Depois de muitas idas e vindas ao escritório da Cohab, elas conseguiram a liberalização da casa, mas o problema maior seria o de colocar o plano em ação. Então o grupo de mulheres lançou a campanha para arrecadar livros usados e conseguiram realizar a empreitada sem problemas. Por sua vez, os homens começaram a falar da campanha de livros usados em seus locais de trabalho. Um belo dia, Marqueza começou a matutar sem parar, enquanto embalava em seus braços Samorinha, o único filho: 'Coloquei o bebê no berço e decidi ligar para a Biblioteca Municipal de Campinas, e perguntei à Ana Matos se a biblioteca poderia contribuir com a campanha de livros usados, e a Ana, do outro lado da linha, não disse que sim, mas também não disse não!' O que ela prometeu à Marqueza foi uma visita ao espaço. Marqueza conta eufórica: 'coloquei o fone no gancho com receio de que a promessa não fosse cumprida. Imagine você! A mulher da Biblioteca Municipal de Campinas aqui no Itajaí para ver o trabalho que a comunidade estava desenvolvendo! E fui cuidar dos afazeres com aquilo na cabeça! Depois que liguei para a Biblioteca Municipal passou o primeiro dia, o segundo dia e nada da mulher comparecer ao local. Ela apareceu no espaço no sétimo dia, para meu espanto! Então *minina*, ela tomou o ônibus e veio, quando eu a vi, eu não acreditei! Ela bateu palmas no portão da minha casa e perguntou se eu era a Marqueza e se apresentou como a Ana Matos da Biblioteca Municipal de Campinas, que havia conversado comigo há sete dias. Nos dirigimos ao local e ela conversou conosco e disse que o

projeto era muito bom e que estava à disposição para ajudar-nos no que fosse preciso. A diretora também nos disse para abandonar a campanha de livros usados, porque as pessoas nos entregariam somente livros que já estavam ultrapassados e que ela, em nome da Biblioteca Municipal, se responsabilizaria pela doação de livros novos, e a Secretaria de Cultura, na pessoa de Célio Turino e do assessor Ton Crivelaro, entrariam como parceiros, inclusive nas atividades culturais, na formação das pessoas da comunidade para administrar a Biblioteca Popular'. E assim nasceu a parceria entre a gestão pública e a comunidade do Itajaí II, após a fundação da Casa no dia 21 de julho de 1990. Foi a Primeira Casa de Cultura em Campinas por iniciativa da comunidade, depois dela vieram as outras Casas. Marqueza conta que o Projeto Recreio durante as férias, uma parceria com o Governo Federal por meio da Secretaria de Cultura de Campinas levou mil e duzentas crianças por dia a frequentar o local. Ela diz com muito orgulho que a Casa também foi o primeiro local a receber a Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas. Essa foi uma parceria da Sinfônica com a Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura de Campinas para levar música a todos os bairros (pesquisa realizada no acervo particular de João e Marqueza). Hoje, o espaço não é mais administrado pela comunidade e sim pela prefeitura, embora Marqueza sempre visite a Casa para certificar se a instituição está funcionando. Em 1990, haviam treze Casas de Cultura na cidade de Campinas e duas delas foram fundadas com a participação de duas personalidades que cruzaram da vida de Dona Nina: Marqueza, no Parque Itajaí II, e a do Tece, na Vila Castelo Branco. (a parte do texto que está entre aspas é resultado de um 'bate-papo mineiro' que tive com Marqueza e João, porque eu queria checar e rever algumas informações sobre Laudelina e a reativação da II Associação das Domésticas em Campinas, para melhorar o trabalho. A conversa aconteceu na residência do casal, situada à Rua Laudelina de Campos Mello, n. 45 (não são tucanos), no Parque Itajaí II, Campinas/SP, no dia 8 de fevereiro de 2013, em plena sexta-feira, às 20h). Por acaso se estiver curioso para saber o que Marqueza disse ao filho que fez a mãe mudar de ideia, então tome o ônibus Itajaí e vá à casa dela e pergunte, pois eu tenho certeza que ela não vai pensar que você é um desses vagabundos, como dizia dona Laudelina para as meninas que não faziam o trabalho de conscientização de base. Com a saúde debilitada, participou da redemocratização do país no processo Constituinte de 1988, onde o Conselho Nacional das Domésticas conquistou mais nove direitos que estão descritos no parágrafo único do art. 7º da Constituição. No dia 20 de novembro de 1988, a Associação das Domésticas de Campinas se transformou em Sindicato, o que não aconteceu com a maioria das Associações no país.

Em 1968, foi realizado o primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Domésticos com os apoios da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica Operária (ACO), na cidade de São Paulo. O evento reuniu 44 participantes de nove Estados. A plenária deliberou que haveria um Congresso da entidade a cada quatro anos, e dentre as resoluções estava a luta por uma sociedade justa para garantir a cidadania plena para as domésticas. As bandeiras de luta: encaminhar projeto de lei ao Congresso Legislativo pedindo a regulamentação da profissão, a Previdência Social, a inclusão na CLT; incentivar a doméstica a negociar com seus patrões algumas horas de folga para poderem participar da organização da categoria; lutar por uma sociedade justa para todos, sem exploração e sem discriminações.

Em 1972, a categoria conquistou o registro em carteira, o recolhimento ao INSS prescrito na Lei n. 5.859/1972. Mas o parágrafo da CLT exclui a doméstica de seu texto aplicativo perante a Justiça do Trabalho, exceto o art. 7º. Em 1988, na CF que elas conquistaram mais alguns direitos. Em 1985, no **V Congresso Nacional das Domésticas** formaram uma equipe nacional composta pelas diretoras para representar a categoria nos Estados, mas dona Laudelina enfatizou que era necessário avançar na luta pela igualdade de direito. Em 1989, no VI Congresso Nacional criou-se um Conselho Nacional

composto por doze membros, e a Secretaria ficou sob a responsabilidade do Sindicato de Recife, isso depois de muita discussão. A partir dessa iniciativa surgiu a ideia de organizar os sindicatos de domésticas no país. Em 1993 nós conseguimos apoio financeiro para formar o Conselho Nacional das Domésticas com base no número de Sindicatos existentes em cada região mais por causa da organização política do que da ordem geográfica. Para fazer o trabalho nas regiões foi necessário liberar as diretoras. Depois de muita discussão surgiu a ideia de criar uma Federação para fortalecer a luta dos sindicatos em nível nacional.

Laudelina participou da organização nacional das domésticas e sempre se preocupou com a valorização da doméstica, ela dizia que era

[...] necessário se valorizar como pessoa para dar valor à profissão sem perder de vista a autoestima, pois o ato de conhecer a si mesma, saber seu valor, contribui para a valorização das outras pessoas. As pessoas são importantes, porque sem elas não existiria 'eu' aprendi, eu sou, eu quero, eu posso. Se valorizar como mulher e como profissional fortalece nosso papel como sindicalista.

A seguir um breve panorama das sete fases do sindicalismo no Brasil.

A **Primeira organização sindical** começa um pouco antes da República Velha (1873 a 1928), embora a economia principal fosse baseada na agricultura com a existência de poucas indústrias, mesmo assim houve interferência do Estado nos sindicatos durante 55 anos, e a classe trabalhadora não tinha liberdade para discutir os problemas e tomar as próprias decisões.

A **Segunda** começa na década de 1930, com a industrialização no governo de Getúlio Vargas, a organização sindical era forte porque a maioria dos trabalhadores veio da Europa com uma consciência de classe muito avançada em decorrência dos 300 anos de industrialização e o envolvimento com o Partido Comunista, fundado nas teorias de Marx e Engels. A intervenção do Estado foi violenta por causa da ditadura getulista. A popularização de Vargas se deve ao fato das pessoas acreditarem que ele criou a Carteira de Trabalho e a CLT, mas o que ele fez na verdade foi reunir nesses documentos os direitos que os trabalhadores conquistaram e acabou levando a fama. Ele e seus "capangas" excluíram da CLT os direitos das domésticas, por acreditarem que esse trabalho não fosse digno, contribuindo com a marginalização e a desvalorização das profissionais.

A **Terceira** ocorreu na década de 1950 com o milagre econômico brasileiro, mais conhecido como o período desenvolvimentista, que culminou com a construção de Brasília; a organização sindical foi controlada pelo Estado, os sindicalistas prejudicavam a classe trabalhadora e defendiam a classe patronal. Na época, esse tipo de sindicalista recebia o rótulo de pelego, porque os trabalhadores discordavam da posição política desses bajuladores e começaram a fazer oposição.

A **Quarta**, a organização sindical da oposição, foi massacrada pela violência militar de 1964, onde a elite se uniu aos golpistas para impedir a distribuição da riqueza do país com o povo. Para atingir o objetivo, eles implantaram o terror e confiscaram a Constituição Federal. Proibiram todas as manifestações populares, fecharam os Sindicatos e prenderam as lideranças, torturam, mataram e até hoje muitas pessoas continuam desaparecidas. Dona Laudelina de Campos Mello foi obrigada a fechar a Associação das Domésticas, em Campinas. Mas em 1972 elas conquistaram três direitos: o registro em Carteira, a previdência social e os 20 dias de férias para a trabalhadora doméstica, isso em plena Ditadura Militar.

A **Quinta** vai de 1976 a 1983, os movimentos sociais começaram a se organizar clandestinamente. E o movimento operário cresceu tanto que deu origem à fundação do PT e da CUT. Em 1988, com a redemocratização do país, a organização sindical de oposição está fortalecida a ponto de representar a classe trabalhadora, mas isso não durou muito tempo, porque na década de 1990, a política econômica neoliberal global chegou sutilmente para destruir a identidade do

trabalhador. A influência ideológica patronal dominou a consciência do trabalhador que, hoje, ele não se identifica mais como uma pessoa da classe. Ele acredita que é um indivíduo liberal com “capacidade de mudar de emprego”, assim como se muda de roupas, e com seu celular de última geração. Com isso, os dominantes imprimem nos trabalhadores a ideia de que o Sindicato é para pessoas de mentalidade atrasada. Este é o pensamento ideológico da verdadeira elite mundial que sustenta o sistema capitalista neoliberal, e que influencia não só os governos fracos, sem base popular, bem como uma grande parcela da população que ainda não distingue uma coisa da outra, inclusive a organização sindical. Estamos diante de uma realidade complexa: são oito milhões de trabalhadoras domésticas, e, dessas, seis milhões estão sem carteira assinada e muitas delas ganham menos de um salário mínimo; historicamente fomos excluídas da CLT e discriminadas na Constituição Brasileira. Uma organização sindical que se estrutura apenas na ocupação de cargos, no imposto sindical, contribuição sindical e outros não representa sua base e se torna presa fácil do poder econômico e do poder político, sem contar aqueles que estão a serviço de partidos políticos.

A **Sexta**, a organização sindical na década de 2000, não consegue representar a classe trabalhadora em decorrência da consolidação da política neoliberal no mundo, da revolução tecnológica nos meios de comunicação, do fim das fronteiras entre os países, do trabalho terceirizado, com o fim dos direitos trabalhistas, com a redução do papel do Estado e com as privatizações. Enfim, o sindicalismo não reconheceu a volta da economia liberal, e a classe trabalhadora ficou sem representação, por isso a maioria dos trabalhadores não acredita mais nos sindicatos. Para a categoria das domésticas, a situação da organização sindical é um pouco pior, porque [...] Um estudo detalhado dessa organização merece atenção especial, que será feito em outro momento.

A **Sétima**, marca a reconstrução da organização sindical proposta pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e suas entidades filiadas no processo de democratização do país e na construção de um projeto de desenvolvimento com base nos interesses da classe trabalhadora. Atuam na mobilização e na reorganização da classe para combater a lógica neoliberal que destrói os direitos trabalhistas, usam e abusam da questão de gênero/etnia para manter salários baixos e conseqüentemente facilitar o emprego da rotatividade. Um exemplo importante de combate à política neoliberal foi a

[...] Convenção 189 da OIT, seguida da Recomendação 201, com base na história dos 77 anos de luta do Movimento Nacional das Domésticas no Brasil, para transformar a relação de exploração em uma relação de direitos para as trabalhadoras domésticas de todo o mundo. Mais um passo se deu na ampliação de direitos para as domésticas. Os Sindicatos das domésticas através da Federação (FENATRAD), filiados à CUT/CONTRACS, mantiveram vivo o PROJETO DE IGUALDADE DE DIREITOS PARA AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS, idealizado por **Laudelina de Campos Mello (Nina)**. O resultado dessa luta deu origem à Convenção 189 da OIT, aprovada em 2011, que fala sobre o trabalho decente onde todos têm os mesmos direitos. (Informativo do Sindicato de Campinas e Região, dezembro de 2012)

Vivemos um momento importante porque, após 77 anos de luta, no dia 20 de novembro de 2012 a Câmara dos Deputados aprovou a primeira etapa da Proposta de Emenda Constitucional **(PEC) 478/10**, que amplia os direitos para a trabalhadora doméstica no PARÁGRAFO ÚNICO do art. 7º da CF. Dos 513 deputados, 359 votaram a favor e dois votaram contra. Agora o problema tem que ser resolvido no Senado, dos 81 Senadores pelo menos 50 têm que votar a nosso favor. E por último vai para a presidente Dilma assinar.

As brigas contra a exploração e a discriminação racial desde a infância transformaram Laudelina em líder feminista, comunista que lutou pelo fim das injustiças cometidas com o povo



negro e com as domésticas no Brasil. Foi presidente do Clube 13 de Maio, onde promovia atividades política e recreativa. Tornou-se ativista da Frente Negra Brasileira, atuou nos movimentos populares e no Partido Comunista Brasileiro, de tal maneira que sua militância ganhou um peso político reivindicatório. Combateu a discriminação contra as empregadas negras, protestando contra os anúncios racistas que eram publicados no Jornal Correio Popular de Campinas. Afinal de contas, há 468 anos que o Estado comete crimes contra esse segmento profissional, e para enfrentar a discriminação institucional desse tipo de ideologia política, foi necessário a criação das Associações de Domésticas no Brasil: a primeira foi a de Santos em 1936, há 76 anos; a segunda, de Campinas, em 1961, que se transformou em Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas e Região em 1988; do Rio de Janeiro em 1962; e a de São Paulo em 1963. Atuou nas universidades por mais de 30 anos. Morreu em Campinas, no dia 23 de maio de 1991, e está sepultada no Cemitério da Conceição (Amarais). É uma referência para o Movimento Nacional das Domésticas porque seu projeto exigia a igualdade de direitos e a valorização do trabalho. Ao revelar a discriminação do Estado, o racismo e o machismo, expôs a situação de violência, de exploração e de extrema pobreza do povo negro, principalmente as mulheres negras que trabalham como domésticas no país. Laudelina deixou o único imóvel que possuía para o Sindicato organizar a categoria enquanto existir uma doméstica no país, registrou o documento no cartório de Campinas.

O capítulo encerra com um trecho da carta que recebeu no dia 18 de maio de 1961:

[...] senhora Laudelina de Campos Mello ao invés de postar em ser advogada e protetora da classe doméstica, a qual prima pela sua reivindicação, jogando contra os lares com promessas sobremodo desairosas, como segue: liberdade, exigência, falta de polidez, férias, 8 horas de serviço, repouso remunerado e outros demais direitos adquiridos pelos trabalhadores [...], a missão a qual inicia abraçá-la, dona Laudelina, é digna dos maiores encômios, mas tão ríspida, ingrata e antipática. Para que prospere esse plano, creia-me, abrigue a essa plêiade de analfabetas [...], peço-lhe com admiração pingar os 'is' com calma e bastante prudência! Observador amigo. Uma escola religiosa de aprendizagem e maneiras seria o ideal porque, na verdade, as empregadas são malcriadas e mal agradecidas às boas patroas em geral. Desejo felicidade à senhora Dona Laudelina.

Confira na última parte a descrição que fala sobre a Organização Nacional das Domésticas liderada por Dona Nina para preservar os 77 anos de luta narrados de forma sucinta a partir do ponto de vista de uma doméstica. (Correção do texto e contribuições em introdução, entrevista e fases do sindicalismo no Brasil: Claudenir de Souza).

## CAPÍTULO III

### DIREITOS HUMANOS

A violação de Direitos Trabalhistas e Humanos do Setor Doméstico no Brasil tem nos destruído nestes quatrocentos e sessenta e oito anos. Se os Direitos Humanos são um conjunto de regras internacionais que “asseguram” o exercício da cidadania para as pessoas, então como se explica o abuso de poder praticado por governantes, por sistemas econômicos, por instituições religiosas, pelo esquadrão da morte existente na Polícia Militar, que continua o trabalho dos eugenistas, matando mais de oito mil negros por ano, ou por quaisquer pessoas que se intitulam superiores por causa da quantidade mínima de bens materiais que possuem, de cargos hierárquicos que ocupam, ou de outro tipo de futilidade que dispensa comentários. Observe, atentamente, como usam o Sagrado e a Lei para justificar a violência contra os direitos da maioria da população!

Direitos Humanos é um conceito teórico-científico – Ciência Social – que parte da realidade social como objeto de pesquisa, mas uma vez transformado em método encontra dificuldade para ser aplicado na prática, e a população tem razão quando diz que a instituição não funciona para pobre sem informação, que serve de cabide de emprego para determinada classe social e que ao solicitar os serviços é tratada com descaso pelos funcionários. Através dos estudos de sociologia é possível afirmar que o aumento da desigualdade social é resultado do pacto que houve entre o poder econômico e o poder político, ou seja, no sistema capitalista, a concentração de renda é garantida pelo poder jurídico e tem o apoio dos meios de comunicação de massa.

Atualmente, a sedução da economia política neoliberal internacional tem contaminado a linguagem teórica acadêmica de tal forma que o sentido e a aplicação dos Direitos Humanos, na prática, perdeu-se no vácuo, ou seja, o indivíduo vive no mundo da superficialidade, das especializações graduais que não resistem ao bom argumento. O conflito é o instrumento mais importante das relações humanas, porque ele provoca a discussão, e conseqüentemente o confronto das ideias desenvolve o senso crítico que proporciona as mudanças! É comum confundir a política essencial que serve para organizar os princípios básicos de convívio social, com a política partidária, assim como se confunde o exercício da crítica com a ofensa pessoal! E mais, confunde-se 'bandeira de luta' com individualismo! Prega-se e defende-se um tratamento mais humano, mas age-se de maneira completamente oposta! Basta observar as enormes contradições que existem entre o discurso e a ação. Veja o exemplo, um cidadão é capaz de doar um cheque de 200 mil reais a uma Instituição de Caridade com intuito de se autopromover, mas em seguida tem a pachorra de humilhar, de explorar e de negar os Direitos Trabalhistas para seus funcionários. Ou uma pessoa que vai às ruas manifestar-se contra o preconceito racial e, na primeira situação que se encontra em apuros, mostra-se um autêntico racista.

Os capitalistas, ensandecidos pelo lucro, impuseram a política neoliberal mundial, obrigando os Estados a eliminarem o investimento em políticas públicas para deixar o mercado livre. Este cenário favoreceu os empresários, as Naves Mães, e facilitou a proliferação das ONG's, que ganham fortunas em nome da miséria da população. E o que é pior, elas enriquecem com dinheiro público, prestando o mínimo de serviço com qualidade abaixo do esperado. De maneira que, a metodologia teórica, ao invés de servir de instrumento para intervir e transformar a ação de pessoas que negam direitos elementares como a alimentação, a liberdade, a dignidade, a cidadania plena se transformou em discurso vazio. Essa teoria se distanciou da prática de tal maneira que o conceito sobre Direitos Humanos foi parar no mundo metafísico, e tem sérias dificuldades de aterrizar no mundo prático. Para o geógrafo Milton Santos, vivemos a era da espetacularização, mas para o psicólogo Augusto Jorge Cury, vivemos a era do conhecimento externo superficial sem compromisso com o mundo interno, ou seja, não nos damos mais o direito de refletir antes de agir.

A seguir, veja alguns exemplos de violência contra a vida. No cenário político internacional, os EUA e Israel se intitulam superiores e se colocam contra o reconhecimento do Estado da Palestina. E mais, a forma cruel com que os grupos econômicos, ambiciosíssimos, usurpam a riqueza natural do Continente Africano por meio de financiamento de guerras civis, deixando o povo mais rico do planeta morrer de fome sem se quer ter consciência de que a exploração da riqueza de seu Continente tem servido para financiar seu próprio extermínio e fomentar a riqueza das Nações mais desenvolvidas do mundo. No Brasil, a violação dos Direitos Humanos e Trabalhistas das domésticas completa 467 anos, e nos últimos 76, a organização vem brigando com o Poder Legislativo para que ele reconheça que nós temos os mesmos direitos que os outros profissionais. Retornamos novamente à Casa e mais uma vez corremos o risco de ser escoraçadas. Mais uma vez, estamos no Congresso Nacional para provocar os herdeiros dos senhores de escravos e seus defensores, da oligarquia, do coronelato, dos especuladores financeiros e da economia neoliberal [...]

Direitos Humanos é um conceito amplo e muito complexo, de modo que o tema terá um recorte com o foco sob a violência estrutural política que impede a concretização da equiparação dos Direitos Trabalhistas da profissional Doméstica no Brasil, desde a economia político-escravocrata até a economia

política neoliberal global. A palavra equiparação dos direitos trabalhistas quer dizer: equilibrar, na balança, dois pesos quantitativamente desiguais, ou seja, nivelar estas medidas tornando-as iguais. De um lado desta balança, estão depositados trinta e quatro direitos que pertencem aos outros setores da classe trabalhadora. Deste lado, o peso é maior, e os direitos estão assegurados na CLT e na CF. Enquanto que do outro lado, o mais leve, estão depositados apenas treze direitos trabalhistas do Setor Doméstico, e que a maioria deles ainda não se tornou lei. E para piorar a situação, alguns operadores dos direitos fazem vistas grossas para aqueles patrões que violam estes míseros direitos, o que contribui para somente duas mil e quatrocentas Domésticas, das oito milhões existentes, terem o registro em Carteira, isso depois de quarenta e um anos que a legislação entrou em vigor.

Descrever sobre os setenta e sete anos de luta do Movimento Sindical Nacional das Domésticas pela Equiparação dos Direitos é dar-lhe o respeito e o reconhecimento pelo seu trabalho. Mas também é dividir com o público o sofrimento causado pelo tratamento desumano do qual o Setor Doméstico é vítima, e aproveitar o espaço para formalizar a denúncia aos representantes dos Direitos Humanos, como é que a elite política usa do recurso legal para negar e sonegar os direitos trabalhistas da doméstica, e, sendo assim, ao se beneficiar, também beneficia os patrões. Portanto, a violação desses direitos é um ato legal do ponto de vista dos positivistas. De maneira que, a exposição de questões nocivas que envolvem este fato, levantar os pontos críticos de forma argumentativa e até pressionar os parlamentares para ampliar o parágrafo único do art. 7º da CF é um direito do Movimento Sindical, que luta pela Equiparação dos Direitos Trabalhistas, pela recuperação da autoestima, para resgatar a identidade histórica, perdida sempre por causa das manobras políticas. Apresentar este fato através da ótica da discriminação legal política em um debate público daria um aspecto mais humano e suscitaria a crítica do Setor e, conseqüentemente, sua organização. Nota-se que a cada mudança econômica no país, em que a elite decreta falência, os políticos usam, indevidamente, a verba pública para recuperá-la da bancarrota, e também usam de suas influências para acobertar não só os crimes físico-político como também a falta de ética. Este tipo de comportamento escuso tem suas raízes na política escravagista que se alastrou na República Velha, atravessou a vergonhosa Ditadura Militar de 64 e chegou ilesa à excludente economia política neoliberal global.

Pois a postura de cobrar a ampliação do parágrafo único do art. 7º da CF por meio da pressão, da exposição e da argumentação crítica que aponta os problemas que giram em torno desta questão é legitimar e fortalecer a luta do Setor Doméstico contra a violência institucionalizada que impede a concretização da Equiparação dos Direitos Trabalhistas. Se, por acaso, as ideias abordadas até agora forem utópicas, então que tal refletir sobre a violência legal dos direitos do ponto de vista prático, começando pela pergunta que se segue. Afinal de contas, qual é a imagem que a mídia propaga em malefício da Doméstica? A resposta a esta pergunta veio do Delfim Neto, ex-ministro da Economia, que disse que a Empregada Doméstica é um animal de luxo que está em extinção. Em maio de 2011, este representante do povo afirmou, publicamente, que a profissional Doméstica não é um ser humano, mas sim um animal caro que está em extinção. Infelizmente, este tipo de mentalidade doentia ainda contamina a elite! Esta cultura se iniciou com a elite que dominou a economia político-escravocrata e se mantém ilesa na economia político-neoliberal global. De acordo com Delfim Neto, daquela economia para esta o Profissional Doméstico apenas passou de mula/burro de carga do senhor de escravos para animal de luxo que vende a sua força de trabalho para as famílias abastadas da nova era econômica. A profissão Doméstica tem suas raízes nos 343 anos de escravidão – de 1545 a 1888 –, incluindo mais 48 anos - de 1888 a 1930 – de trabalho realizado a troca de comida. Por causa destes fatores é que os dados estatísticos comprovam que mais de 64% dessa mão de obra é composta de trabalhadoras negras. E mais, a discriminação e o preconceito são estruturais. Esse tipo de atitude nociva se solidifica por meio da educação formal brasileira, que tem negado à população o direito às informações sobre a história dos vencidos (negro/índio). A partir deste ponto de vista, verifica-se que a violação dos Direitos Trabalhistas é um ato legal, e que se iniciou com o sequestro do povo africano, abençoado pelo Cristianismo nos idos de 1545. A implementação da política de embranquecimento e o financiamento público da mão de obra assalariada do imigrante comprovou a segregação do povo negro.

Sequencialmente, a violência legal contra a Equiparação dos Direitos Trabalhistas é um marco regulatório do Projeto Político escravocrata e do “Movimento Literário Eugênico” (eliminação do povo negro por considerá-lo uma raça inferior) defendido por alguns intelectuais renomados como Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, entre outros, com a missão de atacar e subjugar violentamente os afrodescendentes - esse tipo de seqüela também contribuiu para destruir a autoestima do Setor Doméstico sem qualquer possibilidade de reconstruir a identidade histórica e lutar pelos seus direitos. Estes visionários fanáticos pregavam um tipo ideal de beleza e acreditavam piamente que os negros não tinham capacidade para manusear as habilidades técnico-científicas, servindo apenas para rebolar, jogar futebol e fazer o serviço pesado. Infelizmente esta imagem nociva contaminou o inconsciente coletivo da sociedade brasileira, e que se reflete perversamente no comportamento da maioria dos representantes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e, salvo algumas exceções, do Poder Executivo tanto nas instâncias Municipal, Estadual e Nacional.

Na década de 1930, com o fim da República Velha e com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas, os direitos da Doméstica ficaram fora da CLT, porque este setor da classe trabalhadora não tinha valor em uma sociedade que supervalorizava o diploma superior em detrimento do ser humano, e como esta profissão não exige formação, então todo aquele que realiza esse tipo de trabalho é insignificante perante a valorização elitista da sociedade capitalista. E mais, esse trabalhador era considerado um agregado da família. Apesar da institucionalização da violência, o movimento das domésticas não desistiu da luta pelos direitos e pelo respeito à dignidade do setor. Somente em 1971 o movimento conseguiu a garantia de pelo menos três dos direitos: o registro em Carteira, o recolhimento ao INSS e as férias de 20 dias.

A partir da CF/1988 até agora, os Sindicatos das Domésticas do país, após setenta e sete anos de luta, conseguiram apenas a garantia de treze direitos dos trinta e quatro que são garantidos aos outros Setores da classe trabalhadora. Na época da formalização da Constituição, **as sindicalistas de todo o país que estavam em Brasília para pressionar jogaram até sapatos nos parlamentares para que eles votassem no projeto das domésticas. O presidente da comissão parlamentar, Ulysses Guimarães, assediava as sindicalistas o tempo todo, dizendo o seguinte:** “Os parlamentares não votarão no projeto de vocês com todos esses direitos, então cabe a vocês selecionarem apenas alguns deles”. Foi com base nesse parâmetro que a Deputada Federal Benedita da Silva orientou as domésticas. Depois de escolher os direitos que não “prejudicariam” economicamente os empregadores e muito menos manchariam a “reputação” dos parlamentares perante seus patrocinadores, então foi incluído o parágrafo único no art. 7º da Constituição, os nove Direitos dos trinta e quatro garantidos aos outros trabalhadores. Mais uma vez o Movimento Sindical Nacional do Setor Doméstico, junto com as domésticas de outros países, a Confederação do Ramo do Comércio e Serviço, a Central Única dos Trabalhadores e a Organização Internacional do Trabalho colocaram publicamente para o mundo como este setor da classe trabalhadora é ignorado e discriminado legalmente por suas autoridades políticas.

Através da experiência dos setenta e sete anos de luta do Movimento Sindical brasileiro pela equiparação dos Direitos Trabalhistas somada à desumanização das domésticas no mundo inteiro, é que a OIT se preocupou em criar a Convenção de n. 189, seguida da Recomendação de n. 201. No Brasil este documento não tem poder institucional para equiparar os direitos trabalhistas do Setor Doméstico porque, em primeiro lugar, ele deve ser regularizado e adaptado de acordo com as normas da lei brasileira. Em segundo lugar, é preciso lembrar que a Constituição é o documento mais importante, e que não haverá mudança para o Setor Doméstico se pelo menos 345 dos 513 deputados e de pelo menos 47 dos 81 Senadores votarem pela ampliação do parágrafo único do art. 7º. A forma como a mídia divulgou a notícia sobre a Convenção da OIT gerou mais confusão no entendimento das pessoas, principalmente para o Setor Doméstico, que segue acreditando que agora tem direitos, porque foi a OIT quem deu! O movimento Sindical deste Setor gostaria de apresentar um quadro otimista, porque, ao que tudo indica, a discriminação legal

contra a Equiparação dos Direitos Trabalhistas no Congresso Nacional tomará outros rumos, como demonstra o Projeto de Lei que trata dos dois dias por semana. De acordo com as regras do jogo estabelecido na Constituição, formou-se uma Comissão Parlamentar para realizar Audiência Pública e familiarizar os congressistas sobre a regulamentação e a adoção da Convenção nos termos da lei brasileira. Mas o problema é que esta Comissão alia a Convenção com outros projetos de Emenda Constitucional que vêm de encontro com seus interesses eleitoreiros e contrários às PEC's que legitimariam os Direitos Trabalhistas do Setor Doméstico. Como se não bastasse isto, o presidente da Comissão Parlamentar, disse a relatora Benedita da Silva, tem a principal missão de encontrar uma forma de repor as perdas econômicas que porventura os patrões terão, caso a Equiparação dos Direitos se concretize. Por causa da falta de caráter da maioria dos políticos não se aplica a justiça para a maioria da população brasileira.

## CONCLUSÃO

Ao longo da história do Brasil, a violação legal dos direitos do povo negro e conseqüentemente a negação dos direitos trabalhistas da empregada doméstica são frutos de um projeto político destrutivo que é aplicado e defendido pelos herdeiros legítimos dos senhores de escravos, das oligarquias, do coronelato, das ditaduras e da excludente economia política neoliberal, que entranham as estruturas dos poderes. O objetivo desse projeto é manter a desvalorização da profissão, associando o trabalho doméstico a uma coisa inferior, pesada e suja que foi atribuída aos negros, pois são pessoas “inferiores” e perfeitamente aptos a desempenhar este tipo de trabalho sem direitos.

Em 2010 surgiu a ideia de produzir este texto para preservar e valorizar os setenta e seis anos de luta das domésticas, que a mídia mais uma vez ofuscou. O **Movimento Sindical do Setor Doméstico no Brasil** vem lutando para equiparar os Direitos Trabalhistas das Domésticas desde a década de 1930, que começou com Laudelina, descrita no segundo capítulo deste trabalho sobre o Prêmio Mulheres Negras Contam sua História.

Campinas, 21 de janeiro de 2013.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** [1988]. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>>

LIMA, Maria Dutra. Entrevista com Laudelina de Campos Mello. **Revista Trabalhadores: classes perigosas**. n. 6. 1990. Campinas/SP: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

SILVA, Eliete Ferreira da; SOUZA, Claudenir de. **Informativo do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas e Região**. [Edição especial para as domésticas de Monte Mór]

SOUZA, Claudenir de. **Entrevista com Anunciação Marquiza dos Santos e João** [Almeida]. Em 8 de fevereiro de 2013 à Rua Laudelina de Campos Mello, Parque Itajaí II. [não publicada]

## BIBLIOGRAFIA E FONTES CONSULTADAS

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Disponível em <<http://www.cut.org.br>>

CURY, Augusto Jorge. **Inteligência Multifocal**. São Paulo: Cultrix, 1998.

DOCUMENTOS sobre Laudelina Campos Mello [não publicados]

REVISTA BRAVO. São Paulo: Editora Abril, n. 165, maio 2011.

SANTOS, Gevanilda Gomes. As relações raciais no Brasil contemporâneo. *In*: NOGUEIRA, João Carlos; PASSOS, Joana Célia dos; SILVA, Vânia Beatriz Monteiro da. (Organizadores). **Negros no Brasil**: política, cultura e pedagogias. Florianópolis: Atilénde/Núcleo de Estudos Negros, 2010. 186 p.

SANTOS, Gevanilda Gomes. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SHUMAHER, Shuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1.500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS DE CAMPINAS E REGIÃO. Disponível em <<http://www.domesticascampinas.wix.com/site#historia/cx6>>

ENCONTRO com Milton Santos. Direção: Sílvio Tendler. Rio de Janeiro: 2006. Distribuição Caliban Produções Cinematográficas Ltda. 89 min. plano-*dolby*. Documentário.

Revista do Brasil